Revista ADESG
Defesa e Desenvolvimento

Nº 269 | agosto | 2012 | Ano 37 | www.adesg.org.br

Informativo da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

O desafio da evolução política

JOSÉ SARNEY - A HISTÓRIA DO SENADO – Pág 5

MARCO MAIA - POR DENTRO DA CÂMARA – Pág 6

PRÓXIMA EDIÇÃO
O EXÉRCITO BRASILEIRO

60 ANOS
LAPIDANDO
LIDERANÇAS.

CONSELHO EDITORIAL

DPF. PEDRO LUIZ BERWANGER
C. ALTE WILSON MONTALVÃO
GEN. MÁRCIO TADEU B. BERGO
BRIG. WILSON NUNES VIEIRA
CMG. JOSÉ HERIBERTO COSTA
PROFª. LÍCIA MENDES NEVES
PROFº. ÉDSON SCHETTINE

As matérias são de inteira responsabilidade de autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas

COORDENADOR:
David Klajmic

JORNALISTAS:
Carlos Newton
Niland Carneiro

DIAGRAMAÇÃO E ARTE:
Murilo Lins

PRODUÇÃO GRÁFICA:
Juvenil de Siqueira

REVISTA:
Revista ADESG
Publicação mensal
Agosto 2012
Ano 37 – Nº 269
Tiragem 20.000 exemplares

ENDEREÇO:
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, nº 25
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22030010 - Tel.: 2262-6400
Fax: 2223-1834

ENDEREÇO ELETRÔNICO:
www.adesg.org.br
http://adesg-an.blogspot.com

E-MAIL:
adesg@adesg.org.br

IMPRESSÃO:
Ediouro Gráfica e Impressora Ltda.

A importância da Educação no Processo Política Eleitoral

Dr. Pedro Luiz Berwanger

Em recente visita que fez ao Brasil, o primeiro-ministro da China, Wen Jiabao, revelou que nos últimos anos tem estudado atentamente a realidade brasileira, em função da crescente importância de nosso país no cenário internacional, como sexta maior economia, quinto maior país em território e sexto em número de habitantes. O Brasil é um gigante, não há dúvida.

O dirigente chinês aproveitou e fez até algumas sugestões para aprimoramento do Brasil. Uma das principais foi de que precisamos investir mais em Educação. Ao entrar nesse assunto, realmente Wen Jiabao tocou em um de nossos pontos-fracos. Nas últimas décadas, a decadência da educação pública e a desvalorização do professor chegaram a níveis muito preocupantes no Brasil.

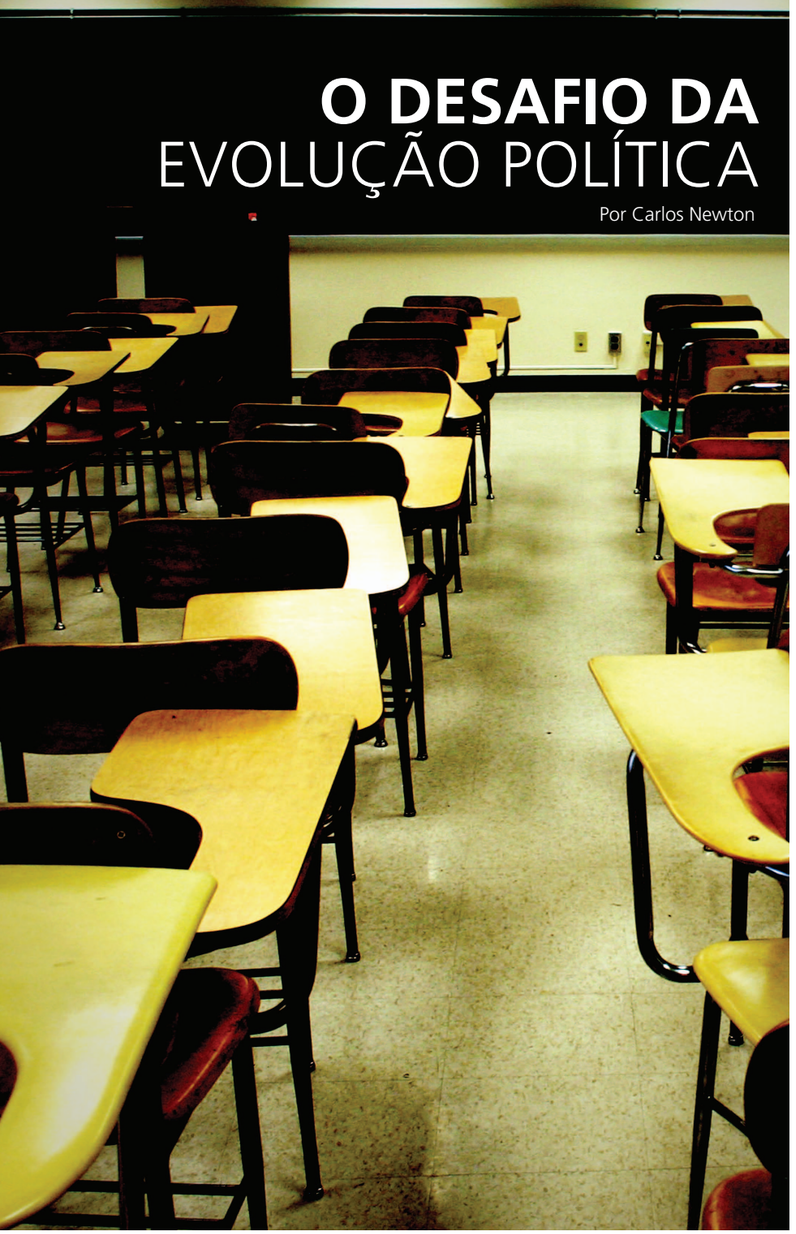
Ao mesmo tempo, outros países que investiram maciçamente em Educação, instruindo e capacitando adequadamente seus jovens, passaram a registrar grandes índices de crescimento econômico e de desenvolvimento social. Entre eles, Japão, China, Coréia do Sul, Nova Zelândia, Singapura, Austrália etc.

Enquanto isso, no Brasil, os jovens passaram a não se interessar mais em se tornarem professores, por se tratar de uma atividade de baixa remuneração. Em diversas matérias, já se registra falta de docentes. Assim, os alunos de muitas escolas públicas não recebem os ensinamentos necessários, permanecem praticamente como analfabetos funcionais, mesmo assim passam de ano, através do sistema da chamada aprovação automática, que nada mais é do que uma forma de ocultar a precariedade da rede escolar pública.

Esta é a nossa inquietante realidade. Temos hoje uma Educação ilusória no ensino fundamental. E isso se reflete em todos os setores da vida nacional. Os parlamentares e governantes, por exemplo, são escolhidos pelo povo. Ou seja, quanto maior o grau de esclarecimento do eleitor, melhores condições terá para escolher seus representantes.

Mas como poderemos pretender uma evolução da política, se os eleitores não têm oportunidade de também evoluírem? Este é o maior desafio brasileiro na atualidade. Por isso, foi escolhido como tema deste número da Revista da ADESG.

Forte abraço.
o Presidente



O DESAFIO DA EVOLUÇÃO POLÍTICA

Por Carlos Newton

Com a cassação do senador Demóstenes Torres e os sucessivos escândalos envolvendo a classe política, a opinião pública questiona o que se deve fazer para que ocorra uma rápida e efetiva evolução da atividade política.

A questão é intrincada e há quem defenda um maior rigor da legislação, para punir de forma exemplar as irregularidades cometidas por políticos e administradores públicos. Por isso, a legislação já está ficando mais rigorosa. Há menos de um mês entrou em vigor a lei que pune crimes de lavagem de dinheiro, enquadrando agora qualquer recurso com origem oculta ou ilícita.

A legislação anterior permitia que fossem considerados como lavagem de dinheiro apenas os recursos do tráfico de armas e drogas, dos crimes contra a administração pública ou do terrorismo. A nova lei mantém os prazos de 3 a 10 anos de reclusão, mas o valor das multas foi elevado de R$ 200 mil para R$ 20 milhões.

É um avanço, não há dúvida. Mas o que significa na prática? O Brasil já tem leis que não acabam mais. O problema é que não funcionam. São leis do tipo vacina (podem "pegar" ou não) ou caem na reconhecida morosidade do Poder Judiciário, que possibilita prescrição da pena. E a impunidade acaba imperando.

A ALTERNATIVA: EDUCAÇÃO

Como se sabe, a evolução de um povo depende sempre da educação oferecida às crianças e jovens, no que diz respeito à ação da família e à qualidade do ensino. A política, portanto, jamais poderá evoluir se não houver uma prioridade para a educação, que seja mantida independentemente da linha ideológica dos partidos que exerçam o poder.

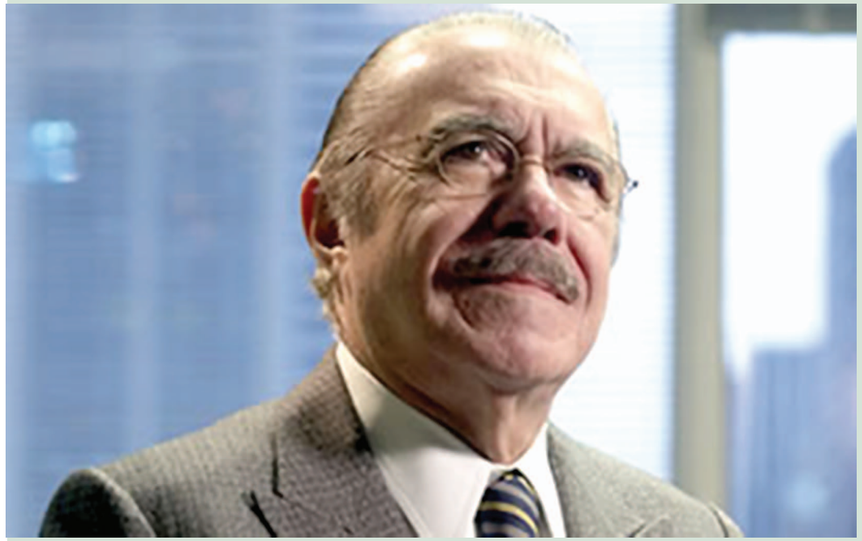
Os próprios políticos se preocupam e tentam mudar a situação. Recentemente a Câmara dos Deputados aprovou o Plano Nacional de Educação, que tem como meta o investimento público de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para atividades educacionais. O projeto será agora submetido ao Senado.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, a destinação atual é de 5,1% do PIB. E a maior parte destes recursos é aplicada no ensino superior, beneficiando as universidades federais. Para equilibrar a distribuição, é preciso investir também na educação básica e no ensino profissionalizante.

UM SALTO PARA O FUTURO

O déficit na educação básica pode ser avaliado nos altos índices de repetência e evasão escolar, incompatíveis com uma economia do tamanho do Brasil. Por isso, entre as 20 metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – a serem atingidas em dez anos – estão a ampliação de vagas em creches, a erradicação do analfabetismo e a oferta de ensino em tempo integral em 50% das escolas públicas.

Aguarda-se que o Senado também aprove o projeto e o Brasil enfim possa dar um salto para o futuro, em matéria de educação. Com isso, o país vai evoluir como um todo e, consequentemente, a atividade política também ganhará em termos de competência e qualidade. É o que todos esperam.



O SENADO FEDERAL

O Senado foi aberto no Brasil em 1826.

A Nação brasileira é uma criação civil, pois ela não nasceu, como os países da América Espanhola, de batalhas; ela foi construída dentro de um Parlamento que buscava um Estado de Direito que tivesse instituições baseadas nos direitos civis, nos direitos humanos, numa organização absolutamente livre.

Capistrano de Abreu, um de nossos maiores historiadores, disse que duas instituições foram responsáveis pela unidade nacional, pela construção deste grande País, mantendo a sua unidade: o Poder Moderador do Imperador — e vamos pensar como naquela época e não como hoje — e a vitaliciedade do Senado, que para nós parece um absurdo. Ambos tinham como base o pensamento de Benjamin Constant, que dizia que esta era a "casa da duração", onde existia a idéia da perenidade, da estabilidade. Esta é a Casa do equilíbrio, porque aqui há, vindo daquele tempo do velho Senado, esta noção de permanência, de que não é uma Casa transitória.

No Império, composto de senadores vitalícios, nele tiveram assento os maiores políticos brasileiros da época. Os 32 governos parlamentaristas do Segundo Reinado foram presididos, todos eles, por senadores — mais precisamente, como vários chefiaram mais de um gabinete, por 23 senadores.

Na República, o Senado muda de inspiração e segue o modelo americano em que os estados são representados por número igual de senadores, em contraponto à proporcionalidade correspondente à população, da Câmara dos Deputados.

Nessa tradição, estabelecida por Rui Barbosa, fomos um centro de reflexão na linha das Câmaras Altas, enquanto exercíamos plenamente nosso papel de defensores da Federação. Sem o Senado Federal, há muito tempo teria desaparecido qualquer noção de equilíbrio entre os Estados — equilíbrio este que já é precário, diante do desequilíbrio econômico real.

E hoje, quando o Brasil cresceu, desenvolveu-se, tornou-se o País que é, nós só temos o Senado como expressão da unidade nacional, porque aqui, falando em nome de todos os Estados, nós somos todos iguais: três representantes de cada Estado. Não há diferenças. O Centro-sul, por exemplo, tem a hegemonia política, tem a hegemonia econômica, tem a hegemonia de recursos humanos. O único ponto de coesão é o Senado Federal, no qual todos somos representantes iguais de cada um dos Estados. Aqui nós defendemos o menor Estado que seja. Aqui o senador defende uma lei na qual seu Estado não pode ser prejudicado; isto assegura a unidade nacional. E é isso que nós somos. É isso que nós devemos saber. É isso que nós devemos compreender.

Como no Segundo Império os senadores presidiram os Gabinetes, na República muitos senadores chegaram à Presidência: Prudente de Morais, Campos Sales, Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Washington Luís, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e eu.

No Congresso Nacional — na Câmara dos Deputados e no Senado Federal — os representantes do povo, com a simples força das palavras e das ideias, constroem passo a passo, pela lei, nossa Nação. Nele o Brasil se fez um só, uma União de diversos, estendida de Norte a Sul; se fez pacífico; nele acabou-se o tráfego de escravos, acabou-se a escravidão, se disse não à discriminação racial, se discute o caminho para a redenção do negro; nele as mulheres conquistaram a licença-maternidade, o direito ao voto, vencem, a cada dia, a luta por seu espaço social; nele se criou a imprensa livre; nele o trabalhador forja sua força, com greves legais, seguro-desemprego, férias e 13º, salário-mínimo.

No Congresso Nacional, no Senado Federal, o povo constrói a História do Brasil.

POR DENTRO DA CÂMARA

No pacto federativo firmado pela Constituição de 1988, o Poder Legislativo preservou seu caráter bicameral. Por isso, para entender o funcionamento da Câmara dos Deputados, nada melhor do que compará-la ao Senado Federal.

O Senado Federal constitui-se de 81 representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o voto majoritário. A Câmara dos Deputados, de 513 representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional.

A própria engenharia constitucional reforça as diferenças entre as duas Casas. Ao optar pelo voto proporcional para os deputados federais, os constituintes intentaram construir uma Câmara que representasse melhor os diferentes segmentos de um País continental. Pela diferença de sistema eleitoral, a Câmara tem uma representação partidária mais diversificada do que o Senado. Na atual legislatura, os deputados estão distribuídos entre 21 legendas, enquanto os senadores somam 15.

Outra diferença é a duração do mandato, de oito anos para os senadores e de quatro para os deputados. Esse fato – somado à exigência constitucional de idade mínima de 35 anos para assumir o mandato de senador – faz com que o Senado tenha políticos com mais idade do que a Câmara. Não que estes sejam menos experientes do que aqueles: em média, os deputados federais têm mais de 50 anos.

Apesar das diferenças, as duas Casas atuam em harmonia e se complementam na análise de proposições. Projetos de lei aprovados pela Câmara dos Deputados são revisados pelo Senado Federal, e vice-versa. Cabe observar que a discussão e votação das propostas de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores sempre têm início na Câmara dos Deputados.

O Congresso apresenta como funções básicas produzir leis sobre todas as matérias de competência da União, além de fiscalizar e controlar diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

Entre as atribuições relacionadas à Defesa, compete ao Congresso Nacional fixar e modificar o efetivo das Forças Armadas; resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais; autorizar a guerra e celebrar a paz; aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio ou suspender qualquer dessas medidas. Para dar maior dinamismo e eficiência ao processo legislativo, o Congresso Nacional, Câmara e Senado formam comissões permanentes e temporárias. Além de discutir e votar projetos de lei, as comissões podem realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, convocar ministros de Estado para prestar informações, receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.

Com esse desenho institucional, os constituintes nos legaram um Poder Legislativo que não apenas representa os anseios da sociedade, mas também trabalha para garantir o pleno exercício de seus direitos.

Marco Maia,
Presidente da Câmara dos Deputados

PARLAMENTO, OPINIÃO PÚBLICA E ELEIÇÕES

Os vereadores que forem eleitos em outubro terão de lidar ao longo de seus mandatos com questões essenciais para a vida pública. Devem votar de acordo com suas consciências ou segundo a opinião pública? O que fazer quando a vontade da opinião pública pode contrariar interesses de determinados segmentos da população ou mesmo ser prejudicial à maioria da sociedade? E o mais importante, como identificar qual é a vontade da opinião pública?

Essas dúvidas, que permeiam a o dia-a-dia de todo parlamentar, não são fáceis de responder. Mesmo assim, vale a pena refletir sobre elas no momento das eleições, quando os vereadores, ao encerrar o atual mandato, prestam contas de seu trabalho à população e os eleitores, em contato com os candidatos, apresentam suas demandas sobre políticas públicas que atendam melhor a suas necessidades.

Não por acaso, um dos primeiros pensadores a se debruçar sobre essas questões foi um parlamentar, eleito em 1774, na Inglaterra. Edmund Burke viveu o conflito entre a visão de seus eleitores e o julgamento independente que ele desejava defender. Ao pugnar a independência dos representantes eleitos, Burke argumentou que os parlamentares devem ser livres para decidir de acordo com sua consciência o que é de melhor interesse para seus eleitores, depois de terem a oportunidade de ouvir e discutir todos os lados da questão.

“ Governo e legislação representam questões de razão e julgamento. Que razão pode haver quando a determinação precede a discussão; enquanto um grupo delibera e outro decide?”, questionou Burke.

Apesar dos argumentos, Burke não teve sucesso ao praticar suas ideias ao longo de seu mandato. Sua independência ante a questões importantes para a época alienou os eleitores, que não o reelegeram.

Enquanto cumpre o mandato, o parlamentar dispõe de inúmeras fontes para detectar qual é a opinião publica. Pode ser o contato direto com o eleitor – facilitado no caso dos vereadores de municípios menores. Pode ser por reuniões com organizações da sociedade civil, movimentos sociais, grupos de interesse, associações profissionais e sindicatos. Pode ser pelo recebimento de cartas, telefonemas, correio eletrônico ou outras formas mais avançadas de interação pelas redes sociais. Pode ser pela imprensa ou por pesquisas de opinião.

Todos esses meios favorecem o debate público e acrescentam argumentos e visões diferentes para dar fundamentos à tomada de decisão pelo parlamentar. No entanto, todos eles são incompletos para detectar a real vontade dos eleitores.

Por mais que se dedique a conversar com a população de sua cidade, mesmo nos menores municípios, o vereador nunca terá tempo para tratar com todos os eleitores de temas complexos ou difíceis de relacionar com o dia-a-dia do cidadão. Grupos e associações podem dispor de dirigentes que não defendam verdadeiramente os interesses de seus representados. Ou mesmo que defendam, a vontade da organização pode não condizer com a vontade da opinião pública e com os interesses da sociedade a longo prazo. Paralelamente, a experiência mostra que cartas, telefonemas e e-mails enviados aos parlamentares são em sua maioria resultado da mobilização desses grupos de pressão. Imprensa e pesquisas de opinião pública também podem, às vezes, não trazer a imparcialidade e objetividade exigidas. Isso pode decorrer tanto de falhas técnicas como de manipulações dos grupos políticos e econômicos que controlam as empresas de comunicação ou contratam as pesquisas de opinião.

Conclui-se que o parlamentar não deve desprezar de todo a opinião pública, como defendia Burke; nem tampouco jogar para a plateia e basear-se integralmente em pretensas vontades da opinião pública, muitas vezes pautadas por grupos de pressão e pelas casualidades do momento. Como representante eleito, o parlamentar precisa, depois de ouvir todas as opiniões e manifestações da sociedade, firmar suas convicções e tomar as decisões com base o julgamento que o eleitor vai fazer posteriormente nas eleições.

Não é no barulho da mídia ou mesmo das ruas que se manifesta a opinião pública. Somente no silêncio sagrado das urnas os cidadãos podem proclamar seus reais interesses. Se compreenderem isso e aplicarem esse conhecimento em seus mandatos, os vereadores eleitos neste ano poderão verdadeiramente representar os seus eleitores.

Marco Maia,
Presidente da Câmara dos Deputados

POLÍTICA

INSTRUMENTO FUNDAMENTAL NA CONSTRUÇÃO DE UM PAÍS

"A construção de um país é tarefa árdua, repartida entre seus cidadãos, de forma contínua e gradual."
(M. Bergo)

O objetivo nobre da política é buscar o bem para a população, sabendo que é impossível agradar a todos e que são variadas as necessidades e preferências. Quem desempenha cargo político representa uma parcela da população que lhe delegou poder para tomada de decisões. Política é um "jogo" de interesses e de aspirações, onde é normal a ocorrência de conflitos e que deve acontecer sob a égide da ética, do respeito mútuo às idéias divergentes e de um aparato regulatório com leis justas e eficazes. O insumo básico da política é a palavra, respeitando a pluralidade das idéias.

Encontramo-nos muito distantes de um estágio ideal de maturidade e solidez em nossas instituições políticas. Avanços existem, porém lentos, em flagrante descompasso com a dinâmica do século XXI. Os noticiários são pródigos em divulgar problemas, escândalos, fatos negativos e mazelas de toda ordem, imputando grande parte da responsabilidade aos políticos. Sobre isso, três constatações são importantes:

1º - Bons políticos existem, e em boa quantidade. No entanto, as ações maléficas têm maior atrativo e são noticiadas com muito mais destaque;

2º - Se maus políticos são eleitos, é porque existem maus eleitores. É grande o desafio de "separar o joio do trigo", escolher estadistas e não eleger aproveitadores.

3º - Se a situação não é boa da forma como está, seria muito pior se não existisse a política. As alternativas seriam o caos ou a força.

O exercício político se faz com diálogo, associações (partidos), representatividade (amplitude), alternância de cargos (rotatividade), divisão de poderes (desconcentração), delegação (distribuição) e pressões, estas desde que lícitas e transparentes. A qualificação maior de quem aspira a uma função política deve ser a de caráter.

Se nesse campo existem falhas, o que se pode fazer, então, para corrigir?

Uma etapa fundamental é um amplo processo educacional, sem o qual o Brasil permanecerá em ritmo lento. Lembrando que o termo "educação" é amplo, envolvendo não só o conhecimento mas, também, a transmissão de valores e a formação do caráter.

Em continuidade, promover-se uma "Revolução Política" - adequação do mecanismo de canalização das vontades nacionais, de forma estável, para a direção do país. Algumas medidas cabíveis, envolvendo aperfeiçoamentos no sistema político-eleitoral:

– Ampla clareza: definição perfeita e ideias visíveis, pelos candidatos, de suas orientações ideológicas e plataformas. Cargo eletivo deve ser objeto de dedicação, altruísmo e exercício de liderança, não fonte de outros benefícios.
– Fidelidade: coibida a troca indiscriminada de partidos. Nas campanhas, visíveis, com bom tamanho e nitidez, as siglas respectivas.
– Normatização do "marketing" eleitoral, principalmente televisivo. A figura física e a palavra do(a) candidato(a) é que deverão aparecer, não de outras pessoas, artistas ou personalidades. O eleitor escolherá pelas idéias ae pelos planos mostrados e não pelas promessas ou pela beleza plástica das campanhas. Votação pelo conteúdo, não pelas alegorias.
– Financiamento das campanhas: aberto, totalmente transparente e fiscalizado. Misto, parcialmente público e privado, com limites nos gastos. Esta medida, em conjunto com a fiscalização financeira, eliminará a maior parte dos malefícios e impedirá "contas sujas".
– Representatividade: comprometimento com a região pela qual se é eleito, com vinculação de residência e laços efetivos. Comparecimento aos locais de trabalho monitorado e transparentemente difundido, tolerância mínima de faltas.
– Quantidade de eleitos, sem número mínimo, em função dos votos válidos e não dos eleitores inscritos; voto distrital, eliminada a figura do suplente.
– Liberdade: voto é direito e não obrigação. E quem não votar reduz os seus direitos de reclamar. Liberdade com responsabilidade.
– Redução na quantidade de partidos, com sua existência regulada com maiores exigências quanto à amplitude geográfica de representação e número de votos obtidos.
– Existência de candidatos independentes, com a exigência de isenção prévia: não filiação partidária nem militância.
– Sequência nas funções: para a candidatura a um cargo, que um anterior, de nível mais baixo, tenha sido integralmente cumprido.
– Inelegibilidade para outros cargos até o final do mandato ao qual tenha sido eleito, evitando-se que uma função seja "trampolim" para outra. Candidatura permitida apenas à reeleição, quando prevista.
– Proibição, durante o mandato legislativo, de migração para cargos executivos.
– Separação de funções: detentores de cargos de carreira, de qualquer dos poderes, na ativa, não poderão exercer militância nem ser candidatos, devendo se aposentar ou licenciar.
– Vedação de propaganda de cunho político em prédios públicos (repartições, hospitais, escolas etc).
– Mandatos executivos fixados em quatro anos, sem reeleição (esta apenas para cargos legislativos). Aos três anos e meio, em consulta popular sobre o desempenho, sem outro postulante ao cargo e sem campanha, será questionado "parar ou continuar". Se der "parar", o mandato terminará no tempo previsto, quatro anos. Se vencer o "continuar", o mandato será prorrogado por dois anos.
– Incremento nas idades mínimas para candidatura e limitação do número de vezes no exercício de um cargo de mesmo nível.
– Mecanismo de ensino para atualização de eleitos, com noções de funcionamento do Estado, Legislação, História, Economia e idioma Português, temas essenciais a um legislador e a uma autoridade do Executivo.
– Finalmente, ética. Aplicação plena da chamada "Ficha Limpa". Imunidade parlamentar restrita à opinião e aos atos decisórios no campo político.

É viável a diminuição dos atuais três níveis legislativos, federal, estadual e municipal, com a retirada a função legislativa dos municípios. Estes contarão com um "Conselho de Cidadãos" (atuais vereadores, "pro bono publicu" - não remunerados).

Na tomadas de decisões, é preciso ocorrer o deslocamento da atual ênfase deliberatória das instituições executivas para as legislativas. Será nos parlamentos (o federal e os estaduais) que o "jogo" político acontecerá. O mundo atual é ágil, é preciso acelerar o processo legislativo, lerdo em demasia.

Nunca é demasiado citar a necessidade de austeridade nos gastos de funcionamento das diversas câmaras legislativas, tribunais e órgãos executivos. É saudável a divulgação dos custos e deve ser permanente a redução dos dispêndios com gabinetes e representações.

O nosso país tem enorme potencial e é alvo de cobiça permanente. Cabe-nos amá-lo, protegê-lo, fazê-lo grande e provedor de conforto e felicidade para nossa gente, sem nos esquecermos das gerações futuras, que merecem tanto quanto nós o desfrute dessa terra generosa e dadivosa.

"NUNCA É DEMASIADO CITAR A NECESSIDADE DE AUSTERIDADE NOS GASTOS DE FUNCIONAMENTO DAS DIVERSAS CÂMARAS LEGISLATIVAS, TRIBUNAIS E ÓRGÃOS EXECUTIVOS. É SAUDÁVEL A DIVULGAÇÃO DOS CUSTOS E DEVE SER PERMANENTE A REDUÇÃO DOS DISPÊNDIOS COM GABINETES E REPRESENTAÇÕES."

As instituições políticas são a grande ferramenta dessa construção, com as ideias se constituindo no grande insumo a ser empregado. Melhor ação política somente emergirá do seio de uma população mais educada, mais homogênea socialmente, mais consciente, confiante em suas instituições e entusiasmada pelo seu progresso.

Gen Bda Marcio Tadeu Bettega Bergo
2º VP ADESG

ASSEMBLEIA,
UM BEM OU UM MAL?

Arnaldo Niskier da Academia Brasileira de Letras
e da Turma Álvaro Alberto (ESG-76)

Muita gente se queixa da atuação e dos resultados dos trabalhos da Assembléia Legislativa. O curioso dessa atitude, que se revela sobretudo nos estamentos mais relvados da sociedade, é que são pessoas, em geral, propensas a não votar nas ocasiões devidas ou participar de movimentos suicidas de anulação do voto.

Entendo que o funcionamento do Legislativo tem uma importância fundamental no processo de formação de bons cidadãos, cônscios dos seus deveres. A verdadeira cidadania passa pela realização de eleições livres e democráticas, como felizmente temos hoje em nosso País, com mais de 100 milhões de eleitores.

Em muitas ocasiões, tive o ensejo de condenar a atitude até mesmo de alguns professores que, desestimulados por fatores diversos, como os seus crônicos baixos salários, impelem os seus alunos a anular os votos. “Não vale a pena votar. São todos a mesma coisa. Não vão resolver coisa alguma. E ainda por cima vão ganhar salários absurdos, que eles não merecem.”

Não é isso que costuma acontecer? Como educador, com mais de 60 anos de experiência, não posso concordar com esse tipo de raciocínio. Os mestres são os condutores dessa geração, que muitas vezes não conta com a colaboração, que seria preciosa, dos seus pais, quando têm lares regularmente constituídos.

Quando se deixa de exercer a obrigação do voto, como reza a nossa Constituição, estamos não apenas abrindo mão de um direito do cidadão, mas desperdiçando a oportunidade de levar à Assembléia gente mais preparada, mais identificada com os nobres propósitos de servir à comunidade, e não se servir dela.

Sou aficionado pela ideia de uma discussão franca, mesmo em classe, quando há tempo para isso, a fim de que sejam todos melhor esclarecidos antes de levar o seu voto às urnas eleitorais. Esse voto, no estilo brasileiro, não tem que ser dado necessariamente a este ou aquele partido político, nem sempre de propósitos muito claros em relação às suas responsabilidades.

A escolha é pessoal, o jovem cidadão já tem discernimento para entender o que diz o candidato e tem condições de desvendar o seu currículo. O que fez de bom e, quando for o caso, os deslizes cometidos. E acompanhar a campanha pelo rádio e pela televisão. Deve-se votar conhecendo o rosto do candidato e, ao falar, se ele transmite sinceridade ou pura demagogia.

COMO NASCEU A SCT

Conhecendo há tantos anos a Assembléia Legislativa, inclusive como estudante, quando frequentava suas sessões para lutar pela gratuidade da então Universidade do Distrito Federal(UDF), na década de 50, posso reconhecer que a sua missão apresenta também aspectos valiosos. Um bom exemplo pode ser citado com a criação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia da então Guanabara. Foi nos idos de 1968, sendo governador o embaixador Francisco Negão de Lima. Um grupo de deputados, de que fazia parte Everardo Magalhães, examinou a mensagem do chefe do Governo e, para surpresa geral, aprovou a iniciativa por unanimidade(44 votos a favor). O Rio de Janeiro, assim, foi a primeira unidade da federação a ter uma Secretaria com esse propósito, o que depois de espalhou pelo País inteiro, desaguando na criação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Fiquei muito feliz, jovem ainda, por ter sido escolhido o primeiro ocupante da SCT/GB.

Outro aspecto que se deve destacar(e que o grande público não conhece bem) é o trabalho quase silencioso das Comissões. É fundamental o que se faz, nessas reuniões, como testemunhei na Comissão de Educação, de que fui assíduo frequentador. Ali é que são discutidos na essência os grandes projetos de lei, antes que se faça a votação em plenário.

A nossa imprensa, que é de muito boa qualidade, ao criticar a Assembléia – isso ocorre periodicamente – fotografa as sessões plenárias das segundas e sextas, quando o quorum é diminuto, para mostrar ao povo que ali não se trabalha. Uma certa injustiça, pois o mesmo fotógrafo, se se der ao trabalho de ir às comissões, verá deputados em plena faina. É claro que existem os faltosos, mas esses são logo conhecidos. O que não se pode é generalizar.

Aliás, o fenômeno é o mesmo em Brasília, com idênticas características quando se refere ao Congresso Nacional.

Vale referir também às chamadas “audiências públicas”, que se classificam como um bom exercício democrático. Determinados assuntos graves ou controvertidos são levados a discussão nas comissões da ALERJ, com a participação de pessoas convidadas ou simples interessados. É uma forma de dar voz a todos, tornando mais aberta a apresentação dos temas de relevo para a sociedade fluminense.

Por fim, neste afã de se mostrar ao público, a Assembléia dispõe de um canal de televisão que pode ser visto diariamente pela NET. Transmite sessões e realiza programas de interesse popular e cultural. Sob esse último aspecto, realizou um interessante convênio com a Academia Brasileira de Letras, filmando os seus grandes debates, como aconteceu recentemente com o tema Modernidade. Isso é editado e apresentado no canal legislativo, para que se amplie o conhecimento dos interessados, em geral estudantes universitários.

APRIMORANDO O SISTEMA ELETRÔNICO BRASILEIRO DE VOTAÇÃO

Por Diego de Freitas Aranha,
Professor Adjunto do Departamento
de Ciência da Computação
da Universidade de Brasília (UnB)

A confiabilidade dos resultados das eleições brasileiras depende principalmente da qualidade e integridade do software de votação utilizado nas urnas eletrônicas. Por essa razão, durante seis dias do mês de Março de 2012, o Tribunal Superior Eleitoral realizou testes públicos para avaliar a qualidade dos mecanismos de segurança implementados no equipamento.

A equipe sob minha coordenação e composta pelos técnicos da UnB Marcelo Montet Karam, André de Miranda e Felipe Scarel, sagrou-se campeã do evento por detectar e explorar com sucesso uma vulnerabilidade no único mecanismo da urna para proteger o sigilo do voto. Esse mecanismo tem como objetivo desassociar a ordem de votação dos eleitores da ordem de armazenamento dos votos em um arquivo de acesso público chamado Registro Digital do Voto (RDV), produzido pelo software da urna desde 2003. A recuperação instantânea e exata da lista ordenada de votos dependeu unicamente de informação pública, sendo essencialmente não-rastreável por não exigir alteração de qualquer componente da urna ou invasão de seu perímetro de segurança. Posteriormente, descobriu-se ainda que a urna eletrônica também armazena em arquivo público o instante de tempo em que cada voto é confirmado. Caso não seja corrigida, a vulnerabilidade abre a possibilidade de violação do sigilo do voto de todos os eleitores de uma seção eleitoral, a partir da monitoração da ordem em que votaram; e de revelação de alguns votos específicos inseridos em instantes de tempo conhecidos. Várias outras fragilidades com diferentes graus de gravidade foram encontradas no software, abrangendo desde a utilização de técnicas criptográficas obsoletas ou fora de seus limites de operação, até o compartilhamento massivo de uma mesma chave criptográfica, com impacto devastador em caso de vazamento.

É certo que as fragilidades e vulnerabilidades podem ser corrigidas, mas uma leitura cuidadosa do cenário é bastante reveladora. A vulnerabilidade foi detectada já na primeira hora de estudo do software, a partir da busca de trechos de código conhecidamente inseguros. A reprodução em software de missão crítica de uma vulnerabilidade conhecida desde 1995, quando foi encontrada no navegador Netscape 1.1, permite observar claramente que alguns princípios de projeto empregados são inadequados e que o processo de desenvolvimento do software da urna eletrônica ainda é imaturo do ponto de vista de segurança.

O RDV foi instituído como substituto do voto impresso para permitir a verificação dos totais parciais presentes no Boletim de Urna a partir da lista embaralhada de votos, mas é tão vulnerável quanto o que tenta proteger, pois ambos são produzidos exatamente pelo mesmo componente de software. Em seus nove anos de história, o arquivo não serviu a nenhum propósito além de fragilizar o sigilo do voto quando projetado e implementado de forma insegura. O objetivo do voto impresso é aprimorar a transparência do sistema, possibilitando que cada eleitor verifique seu voto individual, sem, no entanto, fornecer para o mesmo uma prova material de suas escolhas. Se implantado corretamente com depósito automático em urna convencional, permite verificar a integridade da contagem eletrônica a partir da contagem dos registros impressos e conferidos pelos eleitores, aumentando significativamente a dificuldade de uma fraude indetectável ao exigir que intervenções perfeitamente coerentes sejam realizadas nas versões digital e impressa dos votos. Ironicamente, o retorno do voto impresso a partir das eleições de 2014 foi suspenso com o argumento de que supostamente representa ameaça ao caráter secreto do voto.

O Brasil permanece como o único país do mundo a resistir ao movimento internacional na direção da adoção de mecanismos para verificação independente dos resultados de eleição, uma situação curiosa quando se considera que a segurança do sistema eletrônico de votação é componente crítico para fortalecimento da nossa democracia. Não há como aprimorá-lo sem oferecer a oportunidade permanente para especialistas da academia ou indústria contribuir positivamente com avaliações independentes do sistema, sem restrições artificiais de tempo e com métricas e critérios científicos; ou até mesmo para qualquer cidadão brasileiro, por meio do exercício do direito individual de verificar que seu voto foi computado corretamente.

O comandante Moura Neto expõe o programa de reequipamento da Marinha para proteção da Amazônia Azul

Foto: Ingrid Laureano

EM DEFESA DA AMAZÔNIA AZUL

No almoço comemorativo do Dia da Marinha, oferecido pela ADESG Nacional no Rio de Janeiro, o Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha do Brasil, fez um importante pronunciamento sobre a importância da proteção das riquezas existentes na plataforma continental da costa brasileira.

"Há uma outra Amazônia, cuja existência é ainda ignorada por boa parte dos brasileiros. Trata-se da Amazônia Azul, que é maior do que a verde e também inimaginavelmente rica. Seria, por todas as razões, conveniente que dela cuidássemos antes de perceber-lhe as ameaças", disse Moura Neto.

O Comandante explicou que, somando as áreas da faixa litorânea de 200 milhas marítimas, na chamada Zona Econômica Exclusiva, e a Plataforma Continental, que é o prolongamento natural da massa terrestre do litoral até 350 milhas marítimas, forma-se assim a Amazônia Azul, com quase 4,5 milhões de km², o que acrescenta ao País uma área equivalente a mais de 50% de sua extensão territorial.

Conforme estabelecido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ratificada por quase cem países, inclusive o Brasil, todos os bens econômicos existentes no seio da massa líquida, sobre o leito do mar e no subsolo marinho, pertencem ao país.

O petróleo é a maior fonte de riqueza da costa brasileira, especialmente depois da descoberta das reservas do Pré-Sal, que transformaram o Brasil num dos países com grande capacidade para produção de óleo e gás.

O Almirante Moura Neto falou então do programa de reequipamento da Marinha, que inclui a fabricação de submarino nuclear e a construção de diversos tipos de navios de guerra, para patrulhar a extensa área da Amazônia Azul, para que, em futuro próximo, se possa dispor de uma estrutura realmente capaz de fazer valer nossos direitos no mar.

HOMENAGEM À MARINHA DO BRASIL

A ADESG homenageou a Marinha do Brasil em cerimônia que contou com a presença do Comandante da Marinha, Alte Esq Julio Soares de Moura Neto. Também compareceram o Alte Esq Luiz Fernando Palmer Fonseca, Diretor Geral do Pessoal da Marinha, o Alte Esq Arthur Pires Ramos, Diretor-Geral do Material da Marinha, o V Alte Bento Costa Lima Leitão de Albuquerque Jr, Chefe do GCM, o V Alte (FN) Carlos Alfredo Vicente Leitão, Comandante do Pessoal do Corpo de FN, o V Alte Elis Treidler Öberg, Comandante do 1º DN, V Alte Ricardo Antonio da Veiga Cabral, Presidente do Clube Naval e o Ten Brig Ar Calos de Almeida Baptista, ex-Presidente do Clube de Aeronáutica.

Foto: Ingrid Laureano

Comandante da Marinha Alte Esq Julio Soares e o Presidente da ADESG, DPF Pedro Berwanger

Alte Esq Moura Neto e o 1º Vice-Presidente da ADESG, C Alte Wilson Montalvão

O Alte José Pardellas presenteia o Comandante da Marinha com o livro "O pensamento estratégico e o desenvolvimento nacional : uma proposta de projeto para o Brasil", de autoria do 2º Vice-Presidente da ADESG, Gen Bda Marcio Tadeu Bettega Bergo

“EM TEMPO”

Por: Edson Schettine de Aguiar

SOAMAR / BRASIL

A Sociedade de Amigos da Marinha do Brasil – Soamar/Brasil realizará de 15 a 18 de novembro, em Fortaleza – CE, a XIX Convenção Nacional, com programação prevendo: visita ao Monumento Submarino “Ceará”, homenagem aos almirantes cearenses, discussão da reforma do Estatuto da entidade, eleição do presidente da Soamar/Brasil, palestra do Diretor do Centro de Comunicação Social da Marinha. O evento contará com a presença do Governador do Estado do Ceará Cid Ferreira Gomes. O Alte Esq Júlio Soares de Moura Neto, comandante da Marinha, presidirá a convenção.

A abertura do encontro será feiita pelo V Alte Bernardo José Pierantoni Gambôa (ESG 2001), comandante do 3º Distrito Naval.

O candidato único à presidência da Soamar/Brasil é o seu atual vice-presidente Meton Cesar de Vasconcelos.

ROTARY RJ

O Desembargador José Carlos Schmidt Murta Ribeiro (ESG 1980), ex-presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, assumiu a presidência do Rotary Club do Rio de Janeiro, o 1º de língua portuguesa.

CONFERÊNCIA ADESG/RJ

A ADESG/RJ promoveu conferência sobre o Tema “Sistema Judiciário Brasileiro – O Estado de Direito Nacional no Estado de Direito”, proferida pelos Desembargadores Antonio Carlos Esteves Torres e Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho.

ABERTURA DO XXVII CEPE DO ESPÍRITO SANTO

Na noite do dia 29 de junho, aconteceu no auditório nobre da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo em Vila Velha, a solenidade de Abertura do XXVII CEPE de Vitória com vinte Estagiários inscritos. A Conferência da aula magna, proferida pelo Ex-Governador do ES Dr. Paulo Cesar Gomes Hartung versou sobre “O Cenário Econômico e o Desenvolvimento Capixaba” foi uma verdadeira aula de economia onde foram relatadas as dificuldades que o Estado enfrenta devido à crise mundial. Fechando a conferência, apresentou ideias para um modelo de desenvolvimento que contempla o incentivo de pequenos e médios empreendimentos em complemento aos grandes projetos para os próximo 15 anos.

PERFIL ESG

MAJ BRIG ÊNIO RUSSO

Nascido em Miranda – MS em 26 de novembro de 1930, o Brig Russo se formou Oficial aviador pela Escola de Aeronáutica em 1952 e concluiu o Curso de Engenharia de Construções e Fortificações no Instituto Militar de Engenharia – IME, em 1963. Esguiano de 1975, o Maj Brig Ênio Russo exerceu o cargo de Assistente da Aeronáutica na ESG em 1981 e 1982 e presidiu a ADESG no biênio de 1998-1999.

Entre as funções que exerceu durante sua carreira, foi Chefe do Estado-Maior do Comando de Apoio e Infra-Estrutura, Diretor do Serviço de Patrimônio, Diretor do Serviço de Engenharia, Presidente do Círculo de Engenharia Militar, Diretor de Engenharia da Aeronáutica (1984) e Diretor de Engenharia da INFRAERO (1985 a 1987). Durante sua extensa e brilhante jornada, o Brig Russo acumulou diversas condecorações oferecidas pela Aeronáutica, o Exército e a Marinha.

Partiu no ano de 2010, deixando saudades entre todos os que tiveram o prazer de com ele trabalhar em prol da ADESG.

Participe dessa rede de solidariedade

HEMORIO

Portal de voz
DISQUE SANGUE
0800 2820708
HEMORIO - Rua Frei Caneca, 8 - CENTRO
hemorio.org.br

care SM
somando forças até o fim da pobreza
www.care.org.br

GRAACC
COMBATENDO E VENCENDO O CÂNCER INFANTIL
www.graac.org.br

APAE
www.apaebrasil.org.br

Apoio:

UNITRANSERVICE
CONSOLIDATION LTDA
Locação de Containers Escritórios Sanitários • Almoxarifado
ENTREGAMOS NO LOCAL

Tels.: (21) 2580-5497 / 2589-9188 / 2589-3502 / Cel.: (21) 7852-6712 ID: 83*17745
Av Brasil, 2996 - Lt 25 - Benfica • CEP 20930040 - Rio de Janeiro - RJ
www.container.com.br • e-mail: unitrans@ig.com.br

COMPETÊNCIA RECONHECIDA A SERVIÇO DA DEFESA E SEGURANÇA

ICN - Construção de Submarinos

Mectron Organização Odebrecht - Míssil Ar-Ar de Curto Alcance

A Odebrecht Defesa e Tecnologia atua na gestão e implantação de grandes projetos na área de Defesa e Segurança, desde sua estruturação, arquitetura financeira, desenvolvimento de tecnologias brasileiras, produção e integração industrial no país, garantindo o gerenciamento integrado de todas as etapas desses projetos, bem como execução e performance.

ODEBRECHT
Defesa e Tecnologia

www.odebrecht.com